



Velhas e Novas Exclusões: Muito Aquém do Cidadão Prosumidor¹

Bruno FUSER²

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Resumo

Enquanto se difunde em alguns meios que atualmente somos todos “prosumidores”, 75% dos habitantes do planeta sequer possuem acesso à internet, quanto mais conhecimento para produção de conteúdo digital, aspecto que é considerado essencial para uma relação crítica e criativa entre cidadãos e tecnologias da informação e comunicação. A rapidez no acesso, capacidade de tráfego e armazenamento de dados são outros fatores que mantêm em crescimento – e não em queda, como nos fazem crer muitos meios de comunicação e informes acadêmicos – a fratura digital entre países pobres e ricos. No Brasil, o Plano Nacional de Banda Larga, que poderia se constituir em instrumento de política de universalização de acesso com qualidade à população, acabou, na essência, beneficiando as operadoras de telecomunicação, que seguem ditando as normas no setor, com verbas do governo e serviço ruim, caro e restrito.

Palavras-chave

Comunicação; cidadania; redes sociotécnicas; inclusão digital; conteúdos digitais

Introdução

Na era do conhecimento, não existe mais produtor e consumidor, somos todos “prosumidores”, ou seja, a tecnologia de produção está disponível para todos, e todos nós também consumimos a nossa produção.

Com base em conceitos desenvolvidos por Alvin Toffler em **A terceira onda** (1980), pensamentos como o expresso acima têm se difundido, inclusive na academia, de maneira bastante ampla, como se uma situação sociocultural específica a determinados países e pessoas fosse universal. Para ser uma perspectiva de fato, e não apenas uma possibilidade, tal transformação exige mudanças radicais no acesso às tecnologias digitais, o que permitiria, em tese, um maior grau de cidadania no campo da comunicação. No entanto, não é isso o que ocorre.

Somente 4% dos habitantes da África Subsaariana possuem acesso à internet. (NACIONES UNIDAS, 2009, p.54) Nos países em desenvolvimento essa média é de 12%, e tal índice chega na América Latina e Caribe a 31%.³ O contraste com nações ricas é evidente: entre os países da OCDE⁴, 74% das pessoas exercem esse direito. (CEPAL, 2010, p.18) E dentro de cada país a situação também é de extrema

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor adjunto da UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: bruno.fuser@ufjf.edu.br

³ Cf dados da UIT em <http://www.estadiao.com.br/noticias/vidae.no-mundo-75-da-populacao-ainda-nao-tem-acesso-a-internet.556522.0.htm>

⁴ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com 34 países-membros, quase todos de alta renda, como Estados Unidos, Israel, Japão, Alemanha. Cf em: <http://www.oecd.org>.



desigualdade: no Brasil, 90% das pessoas de classe A acessam a internet, mas *52% dos brasileiros jamais entraram na rede*, e esse percentual é de 81% quando se trata das classes D e E. (CETIC, 2011) No mundo todo, de cada quatro pessoas, apenas uma acessa a rede mundial de comunicação.⁵

Essas profundas diferenças no acesso à internet são um exemplo significativo do que se chama de brecha, cisão, exclusão ou desigualdade digital. Tais expressões, que inicialmente indicavam a distância entre os países ricos e os demais no acesso às tecnologias digitais, logo se estenderam às diferenças existentes entre distintos segmentos da população, em função de renda, grau de instrução, etnia, gênero, idade, ocupação. Hoje o conceito se amplia: não se trata apenas de ter acesso às tecnologias, mas também da *qualidade* desse acesso: um número cada vez maior de usos exige velocidade de banda larga e computadores com configurações mínimas inacessíveis mesmo a quem já possui esse equipamento.

Ter acesso às tecnologias da comunicação e da informação é considerado de maneira quase consensual como importante possibilidade de desenvolvimento econômico, igualdade social, enriquecimento cultural, melhoria educacional. Alguns momentos recentes são paradigmáticos da importância que assume, em termos mundiais, a discussão sobre as políticas específicas voltadas para a ampliação de acesso às tecnologias da comunicação e da informação e as dificuldades enfrentadas para sua implementação. No Brasil, assume particular relevo, para o enfrentamento da fratura digital existente no País, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que, após inúmeras marcas e contramarchas, foi divulgado pelo governo federal no dia 30 de junho de 2011. E que, de maneira geral, representou a frustração de quem esperava avanços na busca de uma comunicação cidadã.

Declaração do Milênio: tecnologias digitais como meta de desenvolvimento

A Declaração do Milênio, elaborada em encontro realizado em setembro de 2000 com a participação dos 189 países-membros da ONU – Organização das Nações Unidas, definiu os objetivos de desenvolvimento do Milênio. Estes têm referenciado esforços em nível mundial e se dividem em oito objetivos principais: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino primário universal; promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o vírus HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a

⁵ Cf dados da UIT em <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,no-mundo-75-da-populacao-ainda-nao-tem-acesso-a-internet,556522,0.htm>



sustentabilidade ambiental; criar parcerias mundiais para o desenvolvimento. Neste último objetivo, uma das metas é “tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial da tecnologia de informação e de comunicações” (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Esses foram compromissos firmados por todos os países-membros da ONU, também assumidos por organizações intergovernamentais, regionais e da sociedade civil que trabalham em colaboração com as Nações Unidas. Cada meta possui indicadores específicos de acompanhamento e, no caso do acesso às tecnologias da informação e da comunicação, os indicadores são o número de linhas telefônicas, o número de computadores e o número de pessoas que têm acesso à internet, em relação à população de cada país.

A data-limite para que se alcance a maior parte dos objetivos de desenvolvimento do Milênio é 2015. Já em 2001, no entanto, ficava claro que grande parte dos países não caminhava no cumprimento dessas metas. No que diz respeito a superar as desigualdades tecnológicas, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001 (PNUD, 2001) discutia de que maneira lidar “com os fracassos do mercado global e com a falta de investimento público em novas tecnologias concebidas para satisfazer as necessidades dos países em desenvolvimento”. O documento propõe a adoção de medidas antimonopolistas pelos países em desenvolvimento para barateamento de produtos como medicamentos e computadores, e defende que as empresas de alta tecnologia destinem uma porcentagem de seus lucros à pesquisa de produtos não comerciais, como sistemas de energia a baixo custo, o barateamento de produtos farmacêuticos e o investimento em computadores baratos, com acesso sem fio à internet, para a população pobre ou que vive em comunidades isoladas. Eis alguns dos dados trazidos então à tona pelo estudo (PNUD, 2001): apenas 10% da pesquisa internacional em saúde são destinados às doenças que afligem 90% da população mundial; os países mais ricos (os da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) concentram 80% do acesso à internet em todo o mundo; um terço da população do planeta, 2 bilhões de pessoas, não têm acesso a energia elétrica ou a penicilina. Em Bangladesh o acesso à internet custa 191% da renda média da população; nos Estados Unidos, 1,2%. No Brasil, um em cada cinco cidadãos é analfabeto funcional.⁶

⁶Analfabeto funcional: pessoa com 15 ou mais anos de idade, e menos de quatro anos de estudo completo; geralmente lê e escreve frases simples mas tem dificuldade de interpretar textos. Cf IBGE, 2009.



No último relatório, de 2009, a ONU reconhece que o avanço continua lento. Nos países em desenvolvimento a população com renda inferior a US\$1,25 é de 25%; aumenta o trabalho precário (que, entre as mulheres, chegaria aos índices de 67% da população ativa, e de 60%, entre os homens) e a desnutrição infantil segue em índices alarmantes, 26%; não chegam a frequentar a escola primária 12% das crianças em idade escolar. Embora se verifique crescimento do uso da internet, “o acesso à banda larga fixa é lento (...) [pois] o serviço continua relativamente caro em muitos países em desenvolvimento e, portanto, inacessível a muitos usuários potenciais” (NACIONES UNIDAS, 2009).

Fratura digital cresce entre países ricos e pobres

Além do encontro da ONU de 2000, que resultou na Declaração do Milênio, houve recentemente outras iniciativas importantes em termos mundiais, voltadas especificamente para o campo das tecnologias da comunicação e da informação. Uma delas é o Programa Informação para Todos, criado, também em 2000, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). De caráter intergovernamental, é dedicado a promover o acesso universal à informação e ao conhecimento e possui quatro princípios, voltados para reduzir as desigualdades entre infopobres e inforricos: *liberdade de expressão, acesso universal à informação, respeito à diversidade cultural e igualdade de acesso a uma educação de qualidade* (UNESCO, 2006).

Em 2009, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, também órgão da ONU, produziu estudo segundo o qual, ao invés de diminuir, *as brechas digitais entre países ricos e países em desenvolvimento têm aumentado nos últimos anos* (CEPAL, 2009). O trabalho buscou não apenas verificar quantas pessoas acessam as tecnologias digitais, mas em *quais condições* se dá esse acesso. Por exemplo, ao se analisar a velocidade de processar informação, enquanto em 1996 cada habitante dos países da OCDE dispunha, em média, uma capacidade 49 kbps maior que cada habitante da América Latina e Caribe (62 kbps contra 13 kbps), essa diferença cresceu em 2006 para 577 kbps (756 kbps contra 179 kbps). “Esta brecha tende a continuar crescendo, sem que se vislumbre uma mudança”, destaca o documento, intitulado *A Sociedade da Informação na América Latina e Caribe: desenvolvimento das tecnologias e tecnologias para o desenvolvimento*. (CEPAL, 2009)

Em estudo mais recente da CEPAL (LEÓN, 2010), a organização traz uma questão que polariza atualmente a discussão quando se trata do binômio inclusão *versus* exclusão digital: o acesso a banda larga. No documento, se reconhece que 256 kbps de velocidade de acesso “resultam insuficientes para suportar os usos atuais” (LEÓN, 2010, p.7). Ademais, embora os serviços de internet sejam usualmente avaliados em função da velocidade para baixar arquivos (*download*), “quando se desenvolvem novos usos que requerem alta interatividade ou capacidade de transporte em ambos os sentidos, a velocidade de subida (*upload*) do usuário para a rede adquire relevância”, em especial, acrescenta o texto, “para o teletrabalho e as relações sociais” (idem, p.8).

No entanto, como indicador inicial de banda larga na avaliação de velocidade de acesso à internet a CEPAL continua levando em conta os 256 kbps. O organismo internacional discute a questão:

Destacamos que considerando 256 kbps en total, la velocidad de subida puede ser muy baja para los requerimientos actuales de los usuarios de Internet, tanto en cuestiones de trabajo (envío de informes, planos, paquetes de software, documentos adjuntos a correos, etc.) como en cuestiones sociales (levantar fotos de familia, redes sociales, etc.) Entendemos también que esta velocidad puede no ser suficiente para tareas de voz, video, o teletrabajo que exija intercambio de archivos grandes de varios Megabytes, y no es suficiente para actividades simultáneas que incluyan por ejemplo voz y bajada de correo electrónico. No obstante, son un buen indicador del acceso “siempre en línea” que de por sí es importante para el Acceso a la Sociedad de la Información, y el disponer del acceso dedicado es un cambio cualitativo importante em los estratos económicos más bajos. (LEÓN, 2010, p.56).

É interessante observar que a PNAD 2008 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios relativa ao acesso à internet, realizada pelo IBGE, não define uma velocidade mínima para banda larga, apenas destaca que se trata de “mais velocidade que a normalmente usada em linha discada”. A CEPAL, embora faça aquelas considerações, segue considerando a velocidade mínima de 256 kbps (para baixar arquivos) como banda larga, talvez para fazer frente às estatísticas comparativas de acesso a banda larga na América Latina e Caribe com regiões e países mais ricos. E talvez também por aceitar que, para os estratos mais pobres da população, 256 kbps – uma internet de segunda categoria – já seria suficiente. Ainda assim, enquanto nos países da América Latina e Caribe o acesso à banda “larga” é de 6% da população, nos países da OCDE é de 27%. (CEPAL, 2010, p. 18). A brecha digital entre os países dessas duas organizações, no que se refere ao acesso por banda larga fixa, cresceu em média 5% a cada dois anos desde o início da primeira década do século 21. Em 2002 não chegava aos 5%; em 2004 ultrapassava os 10 pontos; em 2007, 15%; e chegou a



21% em 2009 (idem, p.31). Pela UIT – União Internacional de Telecomunicações, a banda é larga a partir de 2 Mbps. Nos Estados Unidos, a partir de 4 Mbps...

Na defesa da universalização dos serviços de tecnologias da comunicação e da informação, a CEPAL propõe a eliminação da “brecha de mercado” (o que o mercado faz atualmente e aquilo que pode vir a fazer, com a entrada de novos operadores) e a “brecha de desenvolvimento”, que é a ação necessária por parte dos governos para garantir um desenvolvimento econômico com equidade e integração cultural. Para isso é preciso, entre outras medidas, um marco regulatório que leve em conta a convergência entre serviços de informação e comunicação, gerenciados de maneira conjunta. E, evidentemente, uma política pública de comunicação e informação voltada prioritariamente para quem não tem acesso ou tem acesso precário às tecnologias digitais.

Inclusão social: difícil alternativa de apropriação de tecnologia

As diferentes formas de apropriação das tecnologias da informação e da comunicação na perspectiva da sociedade do conhecimento são discutidas de maneira detalhada pelas pesquisadoras da Universidade de São Paulo Sueli Mara Ferreira e Elisabeth Dudziak (2004). Haveria três níveis de apropriação de tais tecnologias: as inclusões digital, informacional e social. A primeira delas é essencialmente técnica, a ênfase está no acesso, o usuário é passivo, utiliza apenas as habilidades básicas dos computadores. Na inclusão informacional são enfatizados os processos cognitivos, a incorporação da noção de processo, a capacidade de criação de novos modelos mentais e a produção de conhecimento. O usuário é um conhecedor de processos, e este seria o primeiro passo para a inclusão social. Esta, finalmente, ocorreria em um terceiro nível, cuja ênfase é a construção da cidadania. Aqui as pessoas não são usuárias, são sujeitos, atores sociais coletivos, que alcançam uma identidade pessoal a partir de sua ação como transformadores sociais.

Isso pressupõe mais que uma apropriação tecnológica ou uma mudança nos processos cognitivos. Pressupõe a incorporação de novas habilidades, conhecimentos e atitudes, o cidadão deve saber como se organiza o conhecimento, como encontrar a informação, como usá-la, para depois converter-se em um ser apto a produzir conhecimento, buscando soluções dentro de um determinado contexto social, exercendo a cidadania (FERREIRA e DUDZIAK, 2004, p.6).

As experiências para superação das brechas digitais, no entanto, quase sempre se restringem ao primeiro momento, o de apropriação estritamente técnica ou do domínio

básico do computador. Podemos notar isso através da análise dos dados trazidos pela pesquisa sobre acesso à internet e posse de telefone celular PNAD 2008 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE e divulgada em dezembro de 2009: entre os anos de 2008 e 2005, no Brasil, *a utilização da internet para fins de educação e aprendizado caiu* de 71,7% para 65,9%. Outra queda significativa foi a interação com autoridades públicas ou órgãos de governo através da rede, que passou de 27,4% para 15,2%. Nesses três mesmos anos cresceram os usos para comunicação com outras pessoas (tipo msn), de 68,6% para 83,2%, e para atividades de lazer, de 54,3% para 68,6%.⁷

Se considerados os três meses anteriores à pesquisa, *65,4% da população brasileira* com dez anos ou mais de idade não utilizaram a internet, ou seja, cerca de 104 milhões de pessoas. Os principais motivos: não achavam necessário ou não queriam (32,8%); não sabiam utilizar a internet (31,6%); não tinham acesso a computador (30%). Esses são também os principais motivos para os *estudantes* que não acessam a internet: o motivo mais alto, neste caso, é não ter acesso ao equipamento (46,9%), mas há ainda 25,3% que não sabiam utilizar a internet e 20,2% que *não achavam necessário ou não queriam*.⁸

Parece ainda pequena a contribuição dos telecentros e demais pontos públicos gratuitos no sentido de ampliação do acesso às tecnologias da comunicação e da informação. O mesmo ocorre com o ambiente escolar como alternativa de acesso à internet. Segundo a mesma pesquisa (com respostas múltiplas, ou seja, leva em conta o fato de as pessoas utilizarem mais de um local para acessar a internet), entre 2005 e 2008 praticamente caiu à metade o percentual de pessoas que utilizam os telecentros públicos para entrar na rede (queda de 10% para 5,5%), enquanto nas escolas a diminuição foi de 25,7% para 17,5%. E cresceu bastante o acesso em *lan houses*, de 21,9% para 35,2%, embora o local de maior acesso continue sendo a casa das pessoas, que passou de 49,9% para 57,1%. O uso nos locais de trabalho caiu de 39,7% para 31%.

Ou seja, as tecnologias da comunicação e da informação parecem estar crescentemente restritas ao lazer e à comunicação interpessoal. *Cada vez mais o acesso*

⁷Segundo o CGI, Comitê Gestor da Internet no Brasil, os dados sobre uso da internet para educação são bem mais elevados (66%, em 2010). A pesquisa em que se baseia, no entanto, a TIC Domicílios, do Cetic.br, reconhece dificuldades para obter diversas informações, e se baseou em uma amostra inicial de 23.107 entrevistas. A PNAD 2008 entrevistou 391.868 pessoas. Embora as informações do Cetic sejam mais atuais, a PNAD é uma das principais referências de pesquisa do País, e são usadas inclusive na TIC Domicílios. Aguarda-se que o IBGE volte a detalhar o uso das TICs em futuras PNADs.

⁸ O CGI aponta que, em 2010, 52% dos brasileiros com 10 anos ou mais nunca acessaram a internet, e 59%, considerados os três meses anteriores à realização da entrevista.

se concentra em âmbito particular, privado, isolado não só de práticas que possam ser desenvolvidas em espaços públicos de apropriação digital, como de ambientes educacionais, em que poderia estar associado mais facilmente a usos voltados para a ampliação de conhecimento, na perspectiva apontada por Ferreira e Dudziak de inclusão por elas chamadas de informacional e social.

Os telecentros como alternativa de inclusão

A pesquisa PNAD/IBGE 2008 informa que os telecentros públicos gratuitos são o local de acesso à internet das pessoas com menor grau de instrução. Mas, paradoxalmente, não aquelas com menor poder aquisitivo: estas vão em sua maioria para as *lan houses*, os centros públicos particulares. A média de rendimento familiar mensal dos frequentadores de *lan houses* foi a menor da pesquisa (R\$ 536,00), em comparação, nos telecentros públicos, à renda média de R\$ 825,00. Ou seja, os telecentros públicos não são utilizados pelas pessoas mais pobres.

Essas questões já haviam sido levantadas em interessante pesquisa, o Mapa das Desigualdades Digitais no Brasil, realizado pela RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, em 2007 (WEISELFISZ, 2007). Ao cruzar diversos dados, o levantamento já constatava que os telecentros públicos não são frequentados pelos grupos de menor renda, como seria de se esperar como resultado de uma política voltada prioritariamente a tais segmentos da população. Já nas escolas, tomadas como um todo, a média era de 1,17 computador para cada 100 alunos, enquanto na Europa esse índice era de dez vezes maior, 11,4 computadores para cada 100 alunos. Analisando apenas o ensino fundamental, por estarem presentes nesse nível todas as camadas sociais, verificou-se que *entre os estudantes pobres só 5,4% haviam utilizado a internet na escola*, enquanto esse percentual subia para 37,7% entre os 10% de estudantes mais ricos.

Dessa forma, percebe-se que os esforços dos inúmeros programas de inclusão digital existentes, quase todos com financiamento do Estado, têm sido *insuficientes* para garantir o acesso aos segmentos mais pobres da população – fala-se aqui, apenas, de acesso, de inclusão digital, como vimos anteriormente, e não de produção de conhecimento ou inclusão social.

Uma das críticas feitas à política de inclusão digital do governo federal é a sua *extrema fragmentação*: apenas listados no portal www.inclusaodigital.gov.br há exatos 22 programas que pertencem ou recebem apoio do governo federal; desde o ProInfo,

voltado para a informatização das escolas da rede pública; os telecentros dos pontos de cultura; o Gesac, que permite via satélite a conexão à internet de telecentros, escolas e outras instituições, como bases militares fronteiriças e comunidades distantes dos centros urbanos; o Casa Brasil; o programa Um Computador por Aluno; pontos de acesso financiados pelo Banco do Brasil; espaços voltados ao estímulo para criação de negócios, instalados em associações empresariais...

Um desses programas é o ONID - Observatório Nacional de Inclusão Digital, que atua justamente na coleta, sistematização e disponibilização de informações sobre as ações de inclusão digital no Brasil. Há cadastrados no ONID 7.994 telecentros públicos gratuitos, localizados em 2.878 dos 5.592 municípios brasileiros, ou seja, pouco mais da metade. A média é de 42 telecentros por 1 milhão de habitantes. Mas que uso se faz das tecnologias digitais nesses locais? Pesquisa do ONID (2008b) constatou: a principal utilização dos telecentros é voltada à *realização de pesquisas escolares* – esse item constou em 93% das respostas (múltiplas) como algo feito “sempre” pelos usuários, seguido de *e-mail* (91%) e *notícias* (75%). O uso de *sites de relacionamento*, como orkut, e *comunicadores instantâneos*, como msn, como algo feito “sempre” nos telecentros, apareceu em cerca de 72% das respostas. As outras respostas possíveis eram “raramente” ou “nunca”. Os jogos online estiveram, exatamente, com a maior taxa de “nunca”, 29%. A busca de empregos e a utilização de serviços de governo eletrônico apareceram como algo feito “sempre”, respectivamente, em cerca de 41% e 38%. Participaram da pesquisa 573 telecentros, das várias regiões do País.

Vê-se, assim, que o telecentro público gratuito pode ser *mais que espaço de lazer e entretenimento*, transformando-se em alternativa de busca de informação com usos plurais, de apoio a atividades de educação, trabalho, participação na administração pública. É importante ressaltar que isso não ocorre através de “uso livre” das máquinas: em 86% dos telecentros existe alguma proibição de conteúdo. Tais proibições estão majoritariamente (84%) voltadas para “sites de conteúdo adulto” e para jogos com violência (66%). Sites de relacionamento e comunicadores instantâneos são permitidos, respectivamente, em 81% e 90%. Assim, embora certamente as proibições influenciem no acesso ao orkut e ao msn, percebe-se que mesmo naqueles que permitem tais programas ainda há entre 9 a 18 pontos percentuais de pessoas que não fazem esse o seu uso principal.

É possível que os telecentros, mesmo permitindo o uso desses programas, acabem por direcionar a utilização dos equipamentos para determinadas finalidades, de



tal forma que, nesses espaços, a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação esteja associada a pesquisas escolares, busca de emprego, serviços de governo eletrônico. No entanto, é preciso também ressaltar que os telecentros públicos gratuitos, para serem considerados como tal pelo governo federal, são obrigados a destinarem no *mínimo* metade do tempo “para navegação ou uso livre”. Isso é, certamente, um estímulo para o uso mais disseminado apontado pela PNAD/IBGE 2008, ou seja, lazer e comunicação entre pessoas, principalmente pelas dificuldades em se manter monitores ou responsáveis por cursos e para orientação geral do uso das máquinas nos telecentros gratuitos. É muito mais barato e fácil abrir uma sala e disponibilizar máquinas, como uma *lan house*.

Um diferencial: a produção de conteúdo

Temos assim uma *dupla possibilidade de interpretação* sobre as práticas dos telecentros gratuitos no Brasil: ao mesmo tempo em que eles não conseguem ser a opção de acesso à internet para as camadas mais pobres da população, estariam se constituindo em alternativa a uma população, também empobrecida (com menor grau de instrução), em uma perspectiva talvez mais crítica do que as *lan houses*. Dizemos “talvez” porque as metodologias, indicadores e formas de coleta de dados sobre essas questões ainda estão engatinhando, e é prudente evitar qualquer precipitação na interpretação de tais pesquisas.

Vejamos a seguinte situação: embora o uso escolar seja mais presente nesses telecentros gratuitos pesquisados pelo ONID - e isso pode ser tomado como indicador de uma apropriação mais próxima da inclusão social, apresentada anteriormente -, outra pesquisa do mesmo Observatório (ONID, 2008a), com 590 telecentros, apontou que em mais da metade deles (51%) não há *absolutamente nenhuma produção de conteúdo*. Em 35% dos telecentros não há sequer interesse em desenvolver projetos nesse sentido, o que pode ser associado ao fato de que, em grande medida, não contam com apoio institucional, equipamento e pessoal capacitado para isso. Fones e caixas de som, equipamento básico, só existem em 49% dos telecentros gratuitos. Há câmeras fotográficas, em 21%, e filmadoras, em 10%, mas esses equipamentos de produção de audiovisual são algumas vezes de uso restrito à equipe do próprio telecentro. Publicações (jornais, textos e blogs) e imagens (ilustrações e fotografias) compõem a produção mais presente nos telecentros (cerca de 30%). A principal oficina de

capacitação é comunicação (19%), seguida de vídeo, de fotografia (ambas com 12%) e áudio (8%).

Ora, a produção de conteúdo digital é outra característica cada vez mais adotada como indicador e mesmo de *alternativa de ação no combate às brechas digitais*. Uma classificação distinta daquela apresentada por Ferreira e Dudziak é feita pelas professoras Rita Laipelt, Ana Maria Mielniczuk Moura e Sônia Elisa Caregnato (2006), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De maneira simplificada, em um primeiro nível de inclusão digital estaria o acesso à informação em meio digital, de maneira passiva, e em um segundo nível, “o uso que as pessoas fazem dessa informação, ou seja, a capacidade de transformá-la e aplicá-la em seu benefício e da comunidade a qual pertencem. Dentre as atividades características do segundo nível de inclusão digital, a mais almejada, sobretudo pelos projetos de inclusão digital, é a produção de conteúdos” (LAIPELT, MOURA e CAREGNATO, 2006, p. 286). Por esse indicador, os telecentros pesquisados pelo ONID estariam ainda bastante distantes de uma inclusão que poderíamos chamar de sociodigital, ou seja, crítica e criativa.

A produção de conteúdos digitais assume justamente um papel estratégico no eLAC 2010, Plano de Ação Regional sobre a Sociedade da Informação para a América Latina e Caribe, promovido pela CEPAL. Para contribuir na implementação das metas definidas durante o 2º Encontro Interministerial para debate do tema, realizado em El Salvador, em 2008, foi criado um *grupo de trabalho específico sobre conteúdos digitais*. Esse grupo promoveu, no mesmo ano, em Brasília, o 1º Seminário Internacional sobre Inclusão e Produção de Conteúdos Digitais Interativos, com representantes de governos e da sociedade civil de 14 países da América Latina e Caribe.

O seminário, em suas recomendações, aponta para a importância de relacionar inclusão e produção de conteúdos digitais, em código aberto, através de políticas públicas voltadas para as tecnologias de informação e da comunicação e para a inclusão digital que, “mais além das questões tecnológicas, promovam a atualização dos marcos regulatórios e estimulem a produção de conteúdos audiovisuais digitais interativos e interoperáveis por diferentes setores sociais da Região”. Destacou-se se ainda a necessidade de se estimular a *produção de conteúdos audiovisuais digitais por setores populares*, “nos diferentes campos, como cultura, entretenimento, informação, direitos do cidadão, educação à distância, saúde, pesquisa e desenvolvimento, entre outros,



levando em consideração que o direito à comunicação e à informação é um direito humano”.

No documento sobre o acompanhamento das metas do Plano (CEPAL, 2010), especificamente sobre o estímulo à produção de conteúdos digitais, destacam-se os esforços junto a representantes dos governos sobre a importância da produção de conteúdos em distintos suportes e áreas, como educação, informação, saúde, serviços públicos, conteúdos culturais, de ficção. Cerca de 70% dos conteúdos existentes na rede utilizados pelos países da região são produzidos fora da mesma. Criar as condições necessárias e fortalecer as capacidades para o desenvolvimento local de conteúdos digitais interativos é o desafio da CEPAL para os próximos anos.

As iniciativas parecem incipientes, e fragmentadas. Na Colômbia foram criados em 2009 cinco centros regionais para produção de conteúdos digitais para educação; no Chile a Universidad Mayor implantou um curso de Produção de Conteúdos Digitais, e no Brasil, além de mostras de conteúdos digitais interativos, o Ministério da Ciência e Tecnologia anunciou a criação do Centro Nacional de Produção de Conteúdos Digitais Interativos e Interoperáveis – mas, apesar de ser lançado oficialmente em 2008 pelo secretário Augusto César Gadelha, do MCT, as informações davam conta em 2011 de o centro ainda estar “em fase de implantação”.

De qualquer maneira, apesar das limitações dos telecentros gratuitos, seria um equívoco deixar de considerá-los como importantes nas estratégias de inclusão sociodigital. Trata-se, sim, de investir na sua criação, estudar mais a fundo as práticas desenvolvidas nesses espaços e elaborar planos de ação específicos, voltados para uma apropriação crítica e criativa das tecnologias digitais. Embora a produção de conteúdo digital nos telecentros pesquisados pelo ONID seja incipiente, não é desprezível. Importante para a inclusão social é que tais atividades se deem na perspectiva do empoderamento do sujeito participante desse espaço na obtenção de autonomia e no exercício da cidadania.⁹

O PNBL brasileiro: devagar, andando para trás

No Brasil, a velocidade de acesso, preço e modelo de prestação do serviço são algumas das questões centrais no debate sobre o PNBL – Plano Nacional de Banda

⁹ Várias dessas experiências, importantes como balizamento de futuras ações, podem ser consultadas na Revista de Informática Comunitária, criada em 2004 (The Journal of Community Informatics, disponível em www.ci-journal.net), em particular a edição especial sobre Informática Comunitária na América Latina e Caribe, de 2007.

Larga, cuja configuração final foi formalizada em acordo entre governo federal e operadores de telecomunicações (Oi, Telefônica, Sercomtel, CTBC, que aderiram à proposta), assinado em 30 de junho de 2011. Em vez de se constituir em política pública voltada para a universalização dos serviços do setor, acabou sendo um acerto em que as teles ganham tudo: livraram-se mais uma vez de cumprir compromissos de implantação da universalização de serviços de telefonia fixa e ganharam, em troca, ao invés de multas ou ter de concorrer a novas licitações, a renovação dos contratos de concessão para o período 2011 a 2015; poderão receber verbas públicas do Fust, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, cerca de R\$ 1 bilhão anuais; não têm nenhuma obrigação com prazos, além de iniciar a oferta do PNBL em até 90 dias após a assinatura do acordo, mas apenas nas localidades onde esse serviço já é prestado.

Um dos aspectos que chegam a beirar o absurdo é em relação ao preço e serviços a serem oferecidos, sem garantia de metas de qualidade: por R\$ 39,90 (4,90 a mais que os R\$ 35 do acordo do governo com as teles) a Telefônica já oferece, no Estado de São Paulo, plano de 1 Mbps, mesma velocidade de download do “acordão”. Mas com uma grande vantagem: o consumo de dados é ilimitado. Enquanto no PNBL o limite é de 300 MB por mês de download. A Oi, que opera em vários Estados, possui plano bastante semelhante, através do Velox. Ou seja, como não há nenhuma garantia de quando (e como) os serviços chegarão onde ainda não são oferecidos, por enquanto o PNBL pode se transformar numa armadilha, em que a população economiza 5 reais mas troca franquia ilimitada de dados por uma de 300 MB.

Como pano de fundo do debate, está discussão sobre o modelo adotado pelo Brasil no serviço de telecomunicações - e, especificamente, no que se refere à banda larga. Por ser serviço estratégico em todas as áreas, entidades de defesa dos direitos à comunicação defendem – e conseguiram que essa resolução fosse aprovada na Confecom, realizada no final de 2009 - que o acesso à banda larga é um direito fundamental, a ser garantido pelo Estado, e um serviço a ser prestado em regime público. Com isso pode haver a criação de metas de universalização, de qualidade, de tarifas.

Apesar de aprovada na Confecom, o governo Dilma não levou isso em conta, e o principal argumento do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, é o de que o PNBL foi aprovado “sem gastar um centavo do governo”. Na verdade, às custas da qualidade e abrangência do próprio serviço, da transferência à iniciativa privada das verbas do Fust e do sacrifício de uma política que deveria valorizar a universalização do



serviço de acesso à internet por banda larga, reconhecido internacionalmente como pressuposto para a implantação de políticas de desenvolvimento econômico, social e humano.

Referências bibliográficas

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. (2009) **La sociedad de la información en América Latina y el Caribe**. Desarrollo de las tecnologías y tecnologías para el desarrollo. Santiago de Chile : Naciones Unidas/CEPAL. Disponível em <http://www.eclac.cl/socinfo/publicaciones>. [Acesso: 05/12/2009]

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. (2010) **Monitoreo del Plan eLAC2010: avances y desafíos de la Sociedad de la Información en América Latina y Caribe**. Santiago de Chile : Naciones Unidas/CEPAL, 2010. Disponível em http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/41729/Monitoreo_Parte1.pdf. [Acesso: 14/07/2011]

CETIC – Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. (2011). **TIC Domicílios e Usuários 2010**. Brasília : CETIC.br/CGI. Disponível em <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2010-total-brasil/index.htm>. [Visita: 14/07/2011]

FERREIRA, Sueli M. S. P.; DUDZIAK, Elizabeth A. (2004) **La alfabetización informacional para la ciudadanía en América Latina: el punto de vista del usuario de programas nacionales de información y / o inclusión digital**. Em: World Library and Information Congress: 70 th. IFLA General Conference and Council, 2004, Buenos Aires: IFLA. Disponível em <http://archive.ifla.org/IV/ifla70/papers/157s-Pinto.pdf>. [Acesso: 05/12/2009]

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2009) **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2008**. Rio de Janeiro : IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2008/internet.pdf>. [Visita: 12/12/2009]

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; MOURA, Ana Maria Mielniczuck de e CAREGNATO, Sônia Elisa. (2006) Inclusão digital: laços entre bibliotecas e telecentros. *Informação e Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 285-292, 2006. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/456/1507>. [Acesso: 05/12/2009]

LEÓN, Omar. (2010) **Panorama de la banda ancha en América Latina, 2010**. Santiago de Chile : Naciones Unidas/CEPAL. Disponível em <http://www.eclac.cl/ddpe/publicaciones/xml/5/42165/W370.pdf>. [Acesso: 14/07/2011]

NACIONES UNIDAS. (2009) **Objetivos de desarrollo del Milenio. Informe 2009**. Naciones Unidas : Nueva York. Disponível em: http://millenniumindicators.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2009/MDG_Report_2009_Es.pdf. [Visita: 14/07/2011]



NAÇÕES UNIDAS. (2000) **Declaração do Milênio**. Nações Unidas : Nova Iorque. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm>. [Visita: 01/12/2009]

ONID - OBSERVATÓRIO NACIONAL DE INCLUSÃO DIGITAL . (2008a) Produção de conteúdos nos telecentros. São Paulo : ONID. Disponível em: www.onid.org.br. [Visita: 05/12/2009]

ONID - OBSERVATÓRIO NACIONAL DE INCLUSÃO DIGITAL . (2008b) Serviços e conteúdos nos telecentros. São Paulo : ONID. Disponível em: www.onid.org.br. [Visita: 05/12/2009]

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (2001) **RDH 2001: Novas tecnologias e desenvolvimento humano**. PNUD : Nova Iorque. Disponível em <http://www.pnud.org.br/rdh>. [Visita: 01/12/2009]

UIT - UNIÓN INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES. (2011). **The World in 2010**. Facts and Figures 2010. Ginebra : UIT. Disponível em <http://www.itu.int/ITU-D/ict/material/FactsFigures2010.pdf>. [Visita: 14/07/2011]

UNESCO - ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ÉDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE. (2006) **Programme Information pour tous - PIPT**. Paris : UNESCO. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150279f.pdf>. [Visita: 05/12/2009]

WEISELFISZ, Julio Jacobo. (2007) **Mapa das desigualdades digitais no Brasil**. Ritla - Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana : Brasília.